

DESPACHO

À DGCL,

Senhora Pregoeira,

Trata-se de peça impugnatória apresentada por A&C EVENTOS E PROMOCOES EIRELI, empresa interessada em participar do Processo SIAD nº 144/2023, Processo SEI nº 19.16.2107.0061138/2023-22, cujo objeto é a *“Contratação de empresa especializada na prestação, sob demanda, de serviços de planejamento, gerenciamento, coordenação, organização, montagem, execução, assessoria, promoção e operacionalização de eventos de interesse institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, compreendendo o fornecimento de toda a infraestrutura e apoio logístico”*.

A impugnante, em apertada síntese, alega que a exigência de registro da empresa e responsável técnico perante o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA é desmedida e colide frontalmente com caros princípios e regras que regem as contratações públicas.

Pleiteia, portanto, que seja *“retirada a exigência quanto ao registro e vínculo com responsável técnico com registro no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA”*

Alternativamente, requer a *“emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão dessa autoridade julgadora”*.

Instados a se manifestar acerca da impugnação apresentada (6110919), esta unidade técnica solicitante vem esclarecer o que segue.

Examinando cada ponto discorrido na peça impugnatória apresentada, compulsando os autos e sopesando a matéria delineada, posicionamos, desde já, pelo seu indeferimento.

De fato, o objeto do certame ora em análise não se destina exclusivamente a contratação de empresa que exerça atividade básica de engenharia. Visa, entretanto, a contratação de empresa especializada em assessoria e execução de eventos e demais exigências descritas no edital. Ora, tratando-se de futuro ajuste que compreende a montagem de palcos e estruturas metálicas entre o rol de itens, não há como negar a imprescindibilidade de um profissional qualificado que possa garantir a segurança e a integridade física dos presentes.

Na espécie, a exigência de certificação técnica encontra respaldo na Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

Depreende-se de seu art. 59 que empresas que executam obras ou serviços relacionados à respectiva Lei, deverão, para exercer suas atividades, possuir o registro nos Conselhos Regionais. Senão vejamos:

“Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico (grifamos).

Registra-se que não cabe aqui uma análise vertical acerca do que minudencia a Lei Federal 5.194/66, cumpre-nos, tão somente, demonstrar a subsunção do art. 59 ao pretenso objeto, e é o que faremos a seguir.

Antes de alcançar tal intento, cabe ressaltar que da leitura atenta da referida disposição legal não se verifica rol detalhado de serviços, razão pela qual socorremo-nos da Resolução nº 1.121/2019, a qual dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia disponível no site: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=68720>

Dispõe o art. 3º da referida resolução que o registro no CREA é obrigatório para pessoa jurídica que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea:

Art. 3º O registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea. (grifamos)

De sua vez, verifica-se da lista Confea/CREA, dentre inúmeras atividades que devem possuir registro no CREA, o CNAE 4292-8/01, o qual diz respeito à montagem de estruturas metálicas, o que, como já adiantamos, cuida-se de item contemplado no presente processo licitatório (<https://www.crea-mg.org.br/sites/default/files/Documentos/cnaes.pdf>).

Vê-se, portanto, que o objeto em tela se amolda ao que dispõe o art. 59 da Lei Federal nº 5.194/66.

Com efeito, seja a empresa contratada, seja, eventualmente, a empresa subcontratada, é certo que a exigência de registro perante o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA é imprescindível para atestar a adequação das montagens de estruturas às normas regentes aplicáveis.

A título de reforço, ressalta-se que a empresa impugnante apresentou irresignação semelhante enquanto interessada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, oriundo do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul (6339344), ocasião em que o referido conselho julgou improcedentes as razões invocadas (6339392).

Nesse contexto, diferentemente do que quer fazer crer a impugnante, longe de desnecessária, a exigência em questão encontra amparo na fundamentação exposta e deve ser mantida em respeito aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e, sobretudo, segurança e integridade física dos servidores, membros e demais envolvidos nos eventos que serão executados pela vencedora do certame.

Permanecemos à disposição.

Respeitosamente,

Belo Horizonte - MG, 13 de novembro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **BARBARA THAISA DO ESPIRITO SANTO CAMPOS, ASSISTENTE DE COMPRAS**, em 13/11/2023, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO PRATES GONCALVES, ASSESSOR ADMINISTRATIVO IV**, em 13/11/2023, às 16:06, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS PEREIRA ALVES, COORDENADOR I**, em 13/11/2023, às 17:32, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELVIRA SOUZA LIMA DE MATTOS, COORDENADOR II**, em 14/11/2023, às 11:02, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE CORREIA BORGES, ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO CHEFE**, em 14/11/2023, às 14:23, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **6337521** e o código CRC **D9A17D25**.